DATA: 08 de janeiro de 2007

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

Aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e sete, às nove horas, na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará, na sede da Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, reuniram-se para a 21ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos 5 - CEG/FDID, sob a Presidência do Dr. Manuel Lima Soares Filho, 6 7 as Conselheiras e Conselheiros adiante indicados: Dr. Anastácio Jorge Matos de Souza Marinho, representando o Procurador Geral do Estado - PGE; Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales, 9 representando o Secretário da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente 10 - SOMA; Dra. Rimena Alves Praciano, representando o Secretário 11 12 de Cultura - SECULT; Dr. Marcos Pompeu de Souza Brasil, representando o Secretário do Turismo - SETUR; Dr. Antonio 13 Carlos Azevedo Costa, Secretário Executivo do Programa Estadual 14 de Proteção e Defesa do Consumidor - DECON; Dra. Antônia 15 Torquato de Oliveira Mourão, representando o Secretário da 16 17 Fazenda - SEFAZ; Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio 18 Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural 19 20 - CAOMACE. Não compareceram: o representante da Secretaria da Saúde - **SESA**; o representante da 2ª Promotoria de Justiça do 21 Meio Ambiente e Planejamento Urbano - PJMA; representante da 22 Secretaria da Ciência e Tecnologia - SECITECE; o representante 23 da Assembléia Legislativa - AL e as 03 (três) ONG'S. Dr. Manuel 24 Lima Soares Filho - PGJ, Presidente do Conselho, iniciou a 25 sessão cumprimentando a todos os presentes. Em seguida passou 26 para a leitura da pauta da 21ª Reunião Ordinária do Conselho 27 Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Verificada a existência de quorum, a sessão foi aberta. Ordem do dia - Primeiro Ponto: Aprovação da Ata da 20ª Reunião Ordinária 30 31 do CEG/FDID que foi aprovada sem restrição por todos os Conselheiros presentes. Segundo Ponto: 32 Apresentação do demonstrativo dos valores recolhidos ao FDID referente aos meses 33 de novembro e dezembro de 2006. Terceiro Ponto: Apreciação de aditivo para referendum do Conselho. Disse referir-se ao 35 Terceiro Aditivo ao Convênio nº 02/2006 - CEG/FDID-SOMA, pois 36 houve atraso no repasse dos recursos devido à mudança na 37 38 classificação da natureza da despesa, o que não permitiu a SOMA finalizar os processos no prazo de vigência do convênio. Esta solicitou prorrogação até 30 de março de 2007. Indagou se alguém 40 41 queria se manifestar. Dr. Anastácio Jorge de Matos Souza Marinho (PGE), falou que já havia sido discutido anteriormente, que 42 diante da necessidade, faltava somente à formalização, e que foi 43 sugerido exatamente isso, que fosse aprovado pelo Presidente e depois referendado pelo Conselho. Disse que a Procuradoria Geral 45 46 do Estado não tem nada a se opor e aprovava o referendum. Colocado em votação a matéria, todos os Conselheiros presentes 47 acompanharam o voto do Conselheiro da PGE, ficando aprovado o

DATA: 08 de janeiro de 2007

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

Terceiro Aditivo ao Convênio nº 02/2006 - SOMA. Dr. Manuel Lima Soares Filho (PGJ), Quarto Ponto: Discussão e Votação das 50 Resoluções que deverão substituir as Resoluções nº 05/04, 08/05 51 e 11/05. Dr. Anastácio Jorge Matos de Souza Marinho (PGE), tendo 52 em vista que todos os Conselheiros receberam as minutas das 53 resoluções, sugeriu que fossem verificadas somente as 54 55 observações. Dra. Antonia Torquato de Oliveira Mourão (SEFAZ), fez algumas observações na Resolução que irá substituir a 56 Resolução nº 05/004, a saber: sugeriu um acréscimo no título da 57 Resolução que passou a ter a seguinte redação: Define os 58 critérios para aplicação dos recursos do Fundo de Defesa dos 59 Direitos Difusos do Estado do Ceará, e dá as providências que 60 indica; no item 8, do § 1° do art. 2°, substituiu a expressão: 61 62 no curto, por a curto, e ainda no mesmo artigo, o item 18 foi retirado, pois já constava no item 13. Na Resolução que irá 63 substituir a Resolução  $n^{\circ}$  08/05 foram feitas as seguintes 64 observações: retirar o traço que separa o nº do artigo ao texto, 65 em todo o documento; no item X, do § 1° do art.1°, a palavra 66 67 modificação foi substituída pelas palavras alteração ou prorrogação; o item VIII do art. 2° foi substituído pelo item IX 68 e retirado à palavra integrará e acrescentado depois de Plano de 69 Trabalho a palavra com; no § 2° do art. 2° foram escritas às 70 datas das leis por extenso; no item III do art. 3° foi 71 72 acrescentado ao número da Lei Complementar Federal nº 101/2000 a data: de 04 de maio de 2002 (Lei de Responsabilidade Fiscal). 73 Foi sugerida a votação dos acréscimos dos §§ 1° e 2° do art. 4°. 74 Dr. Manuel Lima Soares Filho (PGJ), sobre esse acréscimo falou 75 Assessoria da PGJ recomendava a retirada desses 76 77 parágrafos, e leu a justificativa da Assessoria. Dr. Anastácio Jorge Matos de Souza Marinho (PGE), pediu vênia a Assessoria da 78 PGJ, mas disse entender como uma forma de possibilitar a 79 continuidade de projetos que seja de interesse do Fundo, e 80 eventualmente, como não é uma liberação obrigatória, e sim 81 facultativa do Conselho nesses casos, então o Conselho deverá 82 decidir se deve ou não fazer essa deliberação. Prosseguiu 83 dizendo que vota pela inclusão dos parágrafos propostos. Dr. Manuel Lima Soares Filho (PGJ), colocou em votação o acréscimo 85 86 dos §§ 1° e 2° do art. 4°. Os membros do Conselho presentes votaram pela permanência dos mesmos. Foram também aprovados os 87  $\S\S$  2° e 3° do art. 5°. No art. 8° foi escrito por extenso o dia, 88 89 mês e ano da Lei n° 8.666; os artigos 11 e 12 ficaram como §§ 1° e 2° respectivamente, do art 10. Daí em diante, os artigos desta 90 Resolução foram renumerados. O § 1° do art. 17 passou a ser 91 parágrafo único do art. 15; o art. 21 passou a ser parágrafo 92 único do art. 18; no art. 22 houve uma supressão da expressão: 93 especialmente naquilo que se refira a licitações e contratos; o 94 § 1° do art. 23 passou a ser parágrafo único deste artigo; o § 95 1° do art. 24 passou a ser parágrafo único deste artigo; no § 1°

DATA: 08 de janeiro de 2007

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

do art. 28 foi substituída à palavra dando-lhe por concedendolhe, e o prazo máximo por prazo improrrogável; no art. 28 foi substituída a palavra rescisão pela palavra denúncia; foi acrescentado o Art.34 Os casos omissos serão dirimidos pelo 100 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos 101 Difusos, e acrescentado no Art.35: ...e 14, de 10 de abril de 102 103 2006. Dr. Manuel Lima Soares Filho (PGJ), colocou em votação as alterações sugeridas nas Resoluções em análises, ficando as 104 mesmas aprovadas pelos Conselheiros. Ficaram também aprovados 105 todos os anexos constantes na Resolução que irá substituir a 106 107 Resolução nº 08/2005. Quinto Ponto: Assuntos Gerais. **Dra. Rimena** 108 Alves Praciano (SECULT), falou em nome do atual Secretário da Cultura, Professor Auto Filho, dizendo da vontade dele de estar 109 110 presente a essa sessão e de acompanhar de perto os trabalhos do Conselho, mas devido à posse do novo Presidente da Fundação de 111 Teleeducação, e em seguida a posse do Secretário da Ciência e 112 113 Tecnologia, Dr. René Barreira, não foi possível estar presente. Dr. Marcos Pompeu (SETUR), registrou a saudação do Secretário 114 115 Dr. Bismark Maia a todos os componentes do Conselho, e sugeriu que a Secretaria-Executiva formalizasse aos novos Secretários a 116 indicação dos seus suplentes. Dr. Anastácio Jorge Matos de Souza 117 Marinho (PGE), disse que o novo Procurador Geral do Estado, Dr. 118 119 Fernando Oliveira também enviou congratulações a todos os Conselheiros. Dra. Maria Tereza Farias Bezerra Sales (SOMA), 120 falou ter informado para o Dr. Aluísio Barbosa o que é o Fundo, 121 122 o Conselho Gestor, e este a designou para ficar participando das reuniões do Conselho até que seja criado o Conselho do Meio 123 Ambiente, quando deverá ser definido o suplente. Dra. Antonia 124 125 Torquato de Oliveira Mourão (SEFAZ), disse ter a Secretaria da Fazenda um novo Secretário, Dr. Mauro Filho, e que havia falado 126 a ele da existência do Conselho e da participação desta 127 128 Secretaria como membro, e este a pediu que o representasse nesta 129 sessão. Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira (CAOMACE), sugeriu que Conselho enviasse votos de congratulações aos novos 130 Secretários que assumiram, aos novos integrantes do Conselho, e 131 já sugerir uma pauta para ser discutida em razão da alteração da 132 133 Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente, pois com a 134 extinção desta Secretaria, que é uma entidade importante com assento no Conselho de Direitos Difusos, não querendo 135 desprestigiar a Secretaria da Controladoria, mas é importante 136 137 que este Conselho tenha uma representação na questão do meio ambiente. Disse que deverá ser discutida essa alteração na Lei-138 139 Complementar que criou o Conselho Gestor dos Direitos Difusos. Dr. Anastácio Jorge Matos de Souza Marinho (PGE), disse que na 140 141 próxima reunião, em fevereiro, já deverá estar formalizada essa 142 alteração na lei, sugerida pelo próprio Conselho, feita pela Procuradoria Geral de Justiça, a fim de que seja modificada essa 143 composição do Conselho em função dessa alteração. Dr. Antonio 144

DATA: 08 de janeiro de 2007

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

Carlos Azevedo Costa (DECON), desejou votos de felicidades, sucesso e um ano próspero a todos os presentes. Dr. Manuel Lima Soares Filho (PGJ), desejou a todos que estavam presentes à sessão, em nome da Procuradoria Geral de Justiça, um ano promissor de muita paz, saúde e prosperidade, e que os trabalhos fossem intensificados em prol da sociedade cearense que é o objetivo maior não só do Ministério Público, mas de todos os órgãos do Estado e também das entidades que têm assento no Conselho. Agradeceu a todos e encerrou a sessão.

## Manuel Lima Soares Filho Presidente do CEG/FDID

## Anastácio Jorge Matos de Souza Marinho Conselheiro - PGE

## Maria Tereza Bezerra Farias Sales Conselheira - SOMA

Rimena Alves Praciano
Conselheira - SECULT

## Antonia Torquato de Oliveira Mourão Conselheira - SEFAZ

Marcos Pompeu de Souza Brasil Conselheiro - SETUR

Antonio Carlos Azevedo Costa Conselheiro - DECON

Sheila Cavalcante Pitombeira
Conselheira - CAOMACE